

SUBJETIVIDADES DO SER HUMANO CONTEMPORÂNEO: EDUCAÇÃO E TRABALHO

Subjectivities of Contemporary human beings: education and work

Aracéli Girardi¹

RESUMO

O texto apresenta reflexões acerca da relação do trabalho e da educação a partir de mudanças e de transformações ocorridas nas últimas décadas. O tema sobre trabalho e educação no Brasil necessita da compreensão mais ampla de acordo com o contexto político, econômico e social constituído em diferentes períodos históricos. A investigação, com base em referenciais teóricos, tem, como fonte principal, contribuições de Saviani (2007). A escola, no âmbito de formação do sujeito, adota características próximas as características desenvolvidas pelos modelos produtivos, permeados por idéias e interesses do sistema capitalista vinculada à descaracterização da função social da escola, da educação e das principais finalidades educacionais.

Palavras-chave: Educação. Trabalho. Ser humano. Capitalismo.

Abstract

The text presents reflections on the relationship between work and education based on the changes and transformations that have occurred in recent decades. The theme of work and education in Brazil needs a broader understanding according to the political, economic and social context constituted in different historical periods. The research, based on theoretical references, has Saviani's contributions (2007) as its main source. The school, in the context of the formation of the subject, adopts characteristics close to the characteristics developed by the productive models, permeated by ideas and interests of the capitalist system linked to the mischaracterization of the social function of the school, of education and of the main educational purposes.

Keywords: Education. Job. Human being. Capitalism.

Recebido em 10 de outubro de 2018

Aceito em 8 de junho de 2020

1 INTRODUÇÃO

É notório que a adoção de novas tecnologias alterou a forma de trabalho e da educação do ser humano. Tecnologias desencadearam uma série de efeitos sociais, elas transformaram meios de produção e o papel da educação em momentos distintos da história da humanidade. Em contexto Contemporâneo, como em nenhum outro momento da história, exige-se a qualificação da força de trabalho e a preparação intelectual para atender aos interesses do capital.

Acerca disso, “A educação assumiu diferentes concepções ao longo da história. Nas cidades gregas e latinas, a educação conduzia o indivíduo a subordinar-se cegamente a coletividade, a tornar-se uma coisa da sociedade. Hoje, esforça-se em fazer dele personalidade autônoma.” (DURKHEIM, 1978).

A Educação Básica é de fundamental importância e direito de todo sujeito. É requisito essencial para todas as dimensões da vida, proferida a princípios de justiça, cidadania e democracia, integrada a conhecimentos científicos e tecnológicos no desenvolvimento de competências do ser humano e inserida ao contexto da empregabilidade.

¹ Doutoranda em Educação pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; Mestra em Educação pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; araceli.girardi@gmail.com

Na pós-modernidade, vivencia-se a competitividade em enorme escala, desde vagas de emprego, renumeração salarial, índices escolares. A sociedade capitalista visa à competição entre os sujeitos, ao aumento de lucros, à alienação do trabalho e ao consumismo exagerado.

Em face dessa conjuntura, realizou-se uma pesquisa bibliográfica no sentido de compreender e possibilitar análises e reflexões a respeito da relação trabalho e educação. Nesse sentido, destacam-se estudos de alguns autores, como Saviani (2007), Antunes e Alves (2004), Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) e Kuenzer e Grabowski (2006) e Durkheim (1978), os quais contribuíram significativamente para a elaboração deste trabalho.

É possível constatar que estudos de diversos autores vão de encontro a ações modernas provenientes do sistema de produção dominante, juntamente contextualizadas a novas estratégias de organização do trabalho como forma de superação do sistema escolar para atender interesses da classe dominante.

“Ao estudar historicamente a maneira pela qual se formaram e se desenvolveram os sistemas de educação, percebe-se que eles dependem da religião, da organização política, do grau de desenvolvimento das ciências, do estado das indústrias, etc. Separados de todas essas causas históricas, tornam-se incompreensíveis.” (DURKHEIM, 1978).

Sendo assim, a escola do século XXI possui um enorme desafio: preparar o sujeito para o mercado produtivo, promover a formação ética, cidadã e humanizadora do ser humano, juntamente com conhecimentos científicos e tecnológicos do mundo globalizado.

“Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente humana. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colméia. Mas o que distingue, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade.” (MARX, 1985, p. 202).

Os sujeitos que não atendem à demanda escolar e à produtividade constituídas em interesses dos dominantes são excluídos, porquanto são vistos como improdutivos e inválidos.

Atuar nessa perspectiva torna-se uma necessidade fundamental, na qual a educação e o trabalho caminham juntos, conectados ao desenvolvimento social, histórico, econômico e cultural de cidadãos.

Constata-se que a escola e a educação brasileira historicamente promoveram a organização e o desenvolvimento no atendimento de necessidades do setor produtivo vigente, demonstrado, em diversos contextos, características similares a características desenvolvidas pelo princípio produtivo. Esse fato evidenciou finalidades que não pertencem ao sistema educacional, permeados por ideologias e por interesses referentes ao setor econômico, descaracterizando a função social escolar da educação e dos principais objetivos dela.

Na óptica de Durkheim (1978, p. 41), “[...] a educação tem por objeto suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política, no seu conjunto, e pelo meio especial a que a criança, particularmente, se destine.”

2 EDUCAÇÃO E TRABALHO FORMAÇÃO DO SER HUMANO CONTEMPORÂNEO

A capacidade de dominar a natureza diferencia seres humanos de animais. Ao contrário de animais, o ser humano é capaz de construir instrumentos e utilizá-los para atender a necessidades de sobrevivência. Ademais, ele é apto ao desenvolvimento do campo físico e psíquico juntamente com o domínio do meio habitado, caracterizando ações em trabalho.

O ser humano trabalha para produzir o necessário à sobrevivência a partir de meios de produção, embasado por instrumentos de trabalho e por matéria formada em produto do trabalho, as denominadas forças produtivas.

Educação e trabalho são atividades encarregadas a seres humanos. Somente pessoas possuem a função de trabalhar e educar. A educação e o trabalho percorrem diversos períodos históricos para materializarem-se ao modelo atual de trabalho, a meios de produção e a padrões de universalização do sistema educacional brasileiro.

O reino da liberdade começa onde o trabalho deixa de ser determinado por necessidade e por utilidade exteriormente imposta:

Por natureza, situa-se além da esfera da produção material propriamente dita. O selvagem tem de lutar com a natureza para satisfazer as necessidades, para manter e reproduzir a vida, e ao mesmo tem de fazer o civilizado, sejam quais forem a forma de sociedade e o modo de produção. (ANTUNES, 2009, p. 171).

Dessa forma, compreendem-se o aumento de necessidades e a ampliação de forças produtivas, em que o ser humano, a sociedade e produtores regulam a articulação material com a natureza humana em condições condignas e mais adequadas.

Atualmente, percebe-se enorme diferença na relação entre trabalho e educação comparada a comunidades primitivas e à sociedade contemporânea, desde formas de organização, divisão do trabalho e sistema de educação.

Na comunidade primitiva, havia pequena coletividade assentada sobre a propriedade comum da terra. Pessoas eram livres. Todos possuíam direitos iguais. Não havia divisão de classes. Alimentos produzidos na comunidade primitiva eram divididos entre todos os membros e consumidos em seguida. A produção era de porte pequeno, oriunda de coisas necessárias ao cotidiano e à sobrevivência. Também havia a construção de instrumentos de trabalho, sem acumulação de bens e de lucros.

A divisão do trabalho sobrevinha com diferenças entre sexos. Nesse modelo de comunidade, não existia inferioridade por parte das mulheres. Havia igualdade sociocultural entre gêneros.

A igualdade também estava presente entre crianças até os sete anos de idade. Elas seguiam adultos em trabalhos e recebiam, como gratificação, uma porção de alimentos igual a qualquer outro membro da comunidade. Na comunidade primitiva, a educação estava vinculada ao cuidado extenso do ambiente. Crianças adquiriam a educação inicial sem que ninguém as conduzisse diretamente. Adultos ensinavam como elas deveriam comportar-se perante algumas situações. A educação almejava o ensino para a vida e por meio da vida. Com vistas a aprender, era necessário praticar, constituindo um verdadeiro processo de aprendizagem a partir da experiência.

O processo de surgimento do ser humano constata

[...] seu início no momento em que determinado ser natural se destaca da natureza e é obrigado, para existir, a produzir sua própria vida. Assim, diferentemente dos animais, que se adaptam a natureza, os homens têm de adaptar a natureza a si. Agindo sobre ela e transformando-a, os homens ajustam-a as suas necessidades. (SAVIANI, 2007, p. 154).

Portanto, percebe-se que o trabalho é o ato de operar sobre a natureza e modificá-la de acordo com necessidades humanas, sendo o trabalho a essência do ser humano, produzida por si próprio, um feito humano e um processo histórico.

Saviani (2007) teoriza que a existência humana não é garantida pela natureza, tampouco é uma dádiva natural. Ele ressalta que ela

[...] tem de ser produzida pelos próprios homens, sendo, pois, um produto do trabalho, isso significa que o homem não nasce homem. Ele forma-se homem. Ele não nasce sabendo produzir-se como homem. Ele necessita aprender a ser homem, precisa aprender a produzir sua própria existência. Portanto, a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo. A origem da educação coincide então com a origem do homem mesmo. (SAVIANI, 2007, p. 154).

Ante isso, pessoas aprendiam a produzir a subsistência no ato de produzir por si próprio e, assim, garantir o sustento. O ser humano relacionava-se com a natureza e com outrem. Além de educarem-se, eles também educavam novas gerações com ensinamentos, hábitos, crenças e costumes.

A partir do surgimento do sistema capitalista e da intensificação de classes sociais, relações de trabalho e a educação mudaram. O ser humano deixou de produzir somente para acolher necessidades vitais e criou, não raras vezes, um excedente. Desse modo, a educação também sofre modificações. Ela passa a ser destinada, inicialmente, para uma elite e, depois, serve a interesses do capital, principalmente no que tange à imposição da disciplina e da hierarquia.

A esse respeito, salienta-se que “A educação dos membros de classe que dispõe de ócio, de lazer, de tempo livre passa a organizar-se na forma escolar, contrapondo-se a educação da maioria, que continua a coincidir com o processo de trabalho.” (SAVIANI, 2007, p. 156).

A ampliação da sociedade de classes constitui a separação entre educação e trabalho, tendo como efeito o modo de organização do processo de produção. A forma como seres humanos determinam meios de vida permitiu a disposição da escola como um espaço separado da produção.

A separação entre escola e produção contempla a divisão processada, ao longo da história, entre trabalho manual e trabalho intelectual, não coincidindo com a separação entre trabalho e educação.

Diante disso, é mais preciso considerar que,

[...] após o surgimento da escola, a relação entre trabalho e educação também assume uma dupla identidade. De um lado, continuamos a ter, no caso do trabalho manual, uma educação que se realizava concomitantemente ao próprio processo de trabalho. De outro lado, passamos a ter a educação de tipo escolar destinada a educação para o trabalho intelectual. (SAVIANI, 2007, p. 157).

Desde o princípio histórico, a escola encontra-se ao lado do trabalho intelectual. Ela representa um instrumento de preparação de futuros líderes, os quais se exercitavam em diversas funções a partir da arte da palavra, da política, de ciências naturais e de regras de boa convivência.

A Revolução Industrial gerou impactos socioeconômicos os quais refletiram no trabalho e na escola. Novas tecnologias deram origem a uma mudança na organização dos trabalhadores e em processos de trabalho. Ela justou a diminuição do trabalho necessário representada por interesses do sistema capitalista.

O século XX é considerado um marco de acontecimentos significantes, principalmente no âmbito político e econômico. A saber, duas grandes guerras mundiais e crises nos anos de 1930 e 1970/80 desvendam o caráter opressivo e hegemônico do capital.

Frigotto (2003, p. 60) afirma que,

[...] ao analisar os efeitos da crise de 1930 para os aspectos sociais, destaca elementos bastante significativos, os quais nos ajudam no entendimento acerca das relações de trabalho que se estabeleceram a partir desse momento, sobretudo por evidenciarem que: “A problemática crucial de ordem político-econômica e social da crise dos anos 1930 manifesta-se tanto no desemprego em massa, quanto na queda brutal das taxas de acumulação. Ambos incidiam na reprodução da força de trabalho [...]”

Nesse contexto, intensificou-se a crise na área social, advinda do desemprego. A substituição da força de trabalho pela tecnologia gerou competitividade e a sobrevivência de grandes empresas e setores internacionais.

A educação também necessita adequar-se à exigência do sistema capitalista: nasce a cultura intelectual em que o alfabeto é a principal exigência generalizada a todos os membros sociais. Assim, a escola é compreendida como principal instrumento para gerar o acesso à cultura intelectual.

A Revolução Industrial gerou diversos impactos, tanto no âmbito do trabalho quanto no âmbito educacional. Dessa maneira, países envolvidos adotam a tarefa de estabelecer sistemas nacionais de ensino e a busca pela universalização da escola básica.

Para Saviani (2007), a Revolução Industrial correspondeu a uma Revolução Educacional: aquela colocou a máquina no centro do processo produtivo. Essa erigiu a escola em forma principal e dominante de educação.

Segundo Kuenzer e Grabowski (2006, p. 309), reconhecer que transformações no mundo do trabalho exigem

[...] mais do que conhecimentos e habilidades demandadas por ocupações específicas, conhecimentos básicos, tanto no plano dos instrumentos necessários para o domínio da ciência, da cultura e das formas de comunicação, como no plano dos conhecimentos científicos e tecnológicos presentes no mundo do trabalho e nas relações sociais contemporâneas, implica constatar a importância que assume as formas sistematizadas e continuadas da educação escolar. Dessa perspectiva justifica-se e exige-se patamares mais elevados de educação para os trabalhadores, até porque a concepção de competência enunciada privilegia a capacidade potencial para resolver situações-problema decorrentes de

processos de trabalho flexíveis em substituição as competências e habilidades específicas exigidas para o exercício das tarefas nas organizações tayloristas/fordistas.

No fordismo e no taylorismo, a integralização da força de trabalho incluída – transformada em capital – captura a subjetividade da lógica operária para atender à lógica do capital, restringindo tarefas de produção ao aspecto maquinal e físico.

Antunes e Alves (2004, p. 344) afirmam que o fordismo era, de certo modo,

[...] uma racionalização inconclusa, pois, apesar de instaurar uma sociedade “racionalizada”, não conseguiu incorporar a racionalidade capitalista na produção as variáveis psicológicas do comportamento operário, que o toyotismo procura desenvolver por meio dos mecanismos de comprometimento operários, que aprimoram o controle do capital na dimensão subjetiva.

Nesse sentido, o desenvolvimento exigido pelo sistema de produção acerca de habilidades e competências do ser humano tem como base a Educação Básica Inicial, integrada a processos educativos e articulados ao percurso de formação, conhecimentos básicos, específicos e conhecimentos sócio-históricos no âmbito da cultura, da tecnologia e das ciências.

É necessário construir uma proposta que contemple

A articulação entre conhecimento básico, conhecimento específico e conhecimento das formas de gestão e organização do trabalho, contemplando os conteúdos científicos, tecnológicos, sócio-históricos e das linguagens; Em decorrência, a articulação entre a gestão da Educação Básica, da educação dos trabalhadores e da Educação Superior, nos diferentes níveis: federal, estadual e municipal. A participação efetiva de quem vivem do trabalho na construção das propostas educativas e das formas de sua organização e gestão (KUENZER; GRABOWSKI, 2006, p. 310).

Com o impacto da Revolução Industrial, houve a separação entre trabalho produtivo e instrução. A escola encarregou-se de atender aos interesses do mundo produtivo. A Escola Primária possibilita a socialização dos sujeitos, orientando formas de convivência e a integração de códigos formais, capacitando-os para o processo de produção. A base do ensino primário encontrava-se entre escolas de educação geral e escolas profissionais.

O Ensino Fundamental possuía, como base, o princípio educativo do trabalho, articulado ao estudo das ciências naturais e pelas ciências sociais. A relação entre trabalho e educação acontecia de maneira implícita e indireta.

Já, no Ensino Médio, a relação entre trabalho e educação procede na relação entre conhecimento e atividade prática de maneira explícita e direta. O Ensino Médio, envolvendo oficinas como recurso utilizado por estudantes, maneja processos práticos e básicos de produção e possibilita a formação de politécnicos.

A Educação Superior tem por finalidade organizar a cultura superior e promover a participação da vida cultural, designada à formação de profissionais universitários.

No intuito de compreender a nova forma de ser do trabalho e da classe trabalhadora, hoje, é preciso partir de uma concepção ampliada de trabalho.

Ela compreende a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho, não se restringindo aos trabalhadores manuais diretos, incorporando também a totalidade do trabalho como mercadoria em troca de salário. A classe trabalhadora, de hoje, também incorpora o proletariado rural, que vende a sua força de trabalho para o capital, de que são exemplos os assalariados das regiões agroindustriais, e incorpora também o proletariado precarizado, o proletariado moderno, fabril e de serviços, *part-time*, que se caracteriza pelo vínculo de trabalho temporário, pelo trabalho precarizado, em expansão na totalidade do mundo produtivo. Inclui, ainda, em nosso entendimento, a totalidade dos trabalhadores desempregados. (ANTUNES; ALVES, 2004, p. 342).

No século XX e em meados dos anos de 1970, nasce um novo modelo de produção, diferenciado do modelo fordista/taylorista. Esse modelo teve o nascimento na empresa Toyota japonesa, criado pelo engenheiro Taiichi Ohno. O modelo toyotista é proveniente da necessidade de obter alternativas para armanezar matérias-primas e mercadorias

produzidas em razão de pequenos e escassos espaços para a finalidade. O toyotismo visa ao processo de produção articulado na redução de gastos, utilizando somente o material necessário para atender a determinada demanda de pedidos. Esse modelo utiliza menos esforço humano, menos espaço físico e investimentos na produção de novos produtos.

Antunes e Alves (2004, p. 345) destacam que, com o toyotismo, há a tendência de ocorrer a racionalização do trabalho, a qual,

[...] por se instaurar sob o capitalismo manipulatório, constitui em seus nexos essenciais [...]. Ocorre uma nova orientação na constituição da racionalização do trabalho, com a produção capitalista, sob as injunções da mundialização do capital, exigindo, mais do que nunca, a captura integral da subjetividade operária (o que explica, portanto, os impulsos desesperados e contraditórios do capital para conseguir a parceria com o trabalho assalariado).

A captura da subjetividade operária é concebida a partir do modelo de produção toyotista, tendo, nesse modelo, o desenvolvimento real. No toyotismo, a alienação encontra-se no estranhamento a produtos produzidos e para quem são produzidos esses produtos.

O fordismo expropriou e transferiu o *savoir-fair* do operário para a esfera da gerência científica, para níveis de elaboração. Com relação ao Toyotismo, ele

[...] tende a retransferi-lo para a força de trabalho, mas o faz visando a apropriar-se crescentemente da sua dimensão intelectual, das suas capacidades cognitivas, procurando envolver mais forte e intensamente a subjetividade operária. Os trabalhos em equipe, os círculos de controle, as sugestões oriundas do chão da fábrica, são recolhidos e apropriados pelo capital nessa fase de reestruturação produtiva. Suas idéias são absorvidas pelas empresas, após uma análise e comprovação de sua exequibilidade e vantagem (lucrativa) para capital. (ANTUNES; ALVES, 2004, p. 346).

O processo de produção exige do trabalhador o saber intelectual. Esse saber também é transferido a máquinas informatizadas e inteligentes. Maquinárias inteligentes necessitam da interação subjetiva do operário, aumentando o estranhamento do trabalho e formas de fetiche do mundo moderno.

Com relação à alienação-estranhamento, Antunes e Alves (2004, p. 348) assinalam que

A alienação/estranhamento é ainda mais intensa nos estratos precarizados da força humana de trabalho, que vivenciam as condições mais desprovidas de direitos e em condições de instabilidade cotidiana, dada pelo trabalho *part-time*, temporário e precarizado. Sob a condição da precarização, o estranhamento assume a forma ainda mais intensificada e mesmo brutalizada, pautada pela perda (quase) completa da dimensão de humanidade. Nos estratos mais penalizados pela precarização\exclusão do trabalho, o estranhamento e o fetichismo capitalista são diretamente mais desumanizadores e bárbaros em suas formas de vigência.

Sob a condição da separação absoluta do trabalho, a alienação assume a forma de perda da própria unidade: trabalho e lazer, meios e fins, vida pública e vida privada, entre outras formas de disjunção de elementos de unidade presentes na sociedade do trabalho (ANTUNES; ALVES, 2004).

Para esse novo contexto, a sociedade do conhecimento refere-se ao determinismo de tecnologias como autônomas, isolado de relações sociais. Nessa perspectiva, reformas educativas nos anos de 1990 vinculam a pedagogia de competências e estruturas de formação flexíveis para que atuem na preparação do sujeito para a empregabilidade. Nasce, desse modo, o ideário de competência no meio empresarial, em que se incorpora a educação com o objetivo de integrá-la a desafios e a instabilidades pertencentes ao mercado do trabalho.

Quanto a isso, Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) pontuam que o grande desafio do século XXI é a capacidade social do acesso democrático ao que é produzido. Trata-se de construir uma esfera pública efetivamente democrática capaz de garantir a todos os direitos ao trabalho, saúde, educação, habitação, segurança, previdência, cultura e lazer.

A educação, como direito fundamental concernente à cidadania, é responsabilidade do Estado, o qual deve assegurar oferta pública com qualidade.

Embora reconheçam os limites do Estado na sociedade capitalista, e o papel neles exercido pela sociedade civil através da participação dos diferentes sujeitos sociais interessados na formação para e no trabalho, é competência do Estado a articulação do processo de discussão e formulação das políticas públicas de educação para os que vivem do trabalho, na perspectiva de sua emancipação, integrada a um projeto de fortalecimento nacional. (KUENZER; GRABOWSKI, 2006, p. 314).

Acerca disso, Kuenzer e Grabowski (2006, p. 315) apontam que a razão fundamental para que essa política seja de Estado

[...] é o reconhecimento do papel estratégico que desempenham a educação e a produção do conhecimento científico-tecnológico e sócio-histórico no processo de construção de uma sociedade de novo tipo, fundada na justiça social com a participação de todos na produção, na fruição do que foi produzido, na cultura e no poder, o que demanda processos educativos que articulem formação humana e sociedade na perspectiva da autonomia crítica, ética e estética.

Para Arrighini, (1997) a educação torna-se fundamental como um fim em si mesma, como condição *sine qua non* para a cidadania crítica. Vinculá-la ao trabalho, sem mediações, tem sido relevante para culpar vítimas (desempregados escolarizados) ou para autenticar ações políticas que possibilitam a “ilusão de desenvolvimento” sem alterar a ordem social desigual.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação brasileira, no proceder da história, sofreu diversas transformações para, então, adaptar-se aos modelos de organização do trabalho e aos meios de produção capitalistas.

A organização escolar está conciliada ao contexto sociopolítico e econômico do país, além de adotar características distintas e objetivar exigências do processo produtivo.

Práticas educativas desenvolvidas no ambiente escolar, principalmente em instituições públicas, possibilitam o aperfeiçoamento da produtividade empresarial sob o discurso da responsabilidade, iniciativa e cooperação, características provenientes da nova organização do trabalho contempladas, também, a setores sociais.

A valorização do capital possui influência na lógica de organização de modelos de produção do sistema capitalista, juntamente com a organização do trabalho humano.

A escola, no âmbito de formação discente, adota características próximas a características desenvolvidas por modelos produtivos, permeados por ideias, por interesses do setor econômico e pela descaracterização da função social da escola, da educação e de principais finalidades.

Contemporaneamente, percebe-se o trabalho como horizonte de todo o ser humano. A perspectiva de pais, estudantes e professores referente à formação visa à questão do trabalho e da empregabilidade.

Em suma, salienta-se que a educação considera relações de trabalho, complexidades dessas relações, bem como conteúdos e relevância. Encarregada da preparação para o mundo do trabalho, a sociedade contemporânea encontra, agora, maior desafio em atender ao novo protótipo de meios de produção e em compreender a formação plena do cidadão.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Os sentidos do Trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, R; ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004.

ARRIGHI, G. **A ilusão do desenvolvimento**. Rio Janeiro: Vozes, 1997.

DURKHEIM, É. Educação e sociologia. *In*: DURKHEIM, É. **Com um estudo da obra de Durkheim pelo prof. Paul Fauconnet**. Tradução: Lorenço Filho. 11. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

FRIGOTTO, G. **Educação e crise do capitalismo real**. 5. ed. São Paulo: Cotez, 2003.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. Educação Profissional e Desenvolvimento. *In*: UNESCO. **International Handbook of Education for Changing World of Work**. Germany: UNIVOC, 2009. Coletânea organizada pelo Centro Internacional de Educação Técnica e Profissional, com UNESCO, Berlim, 2005.

KUENZER, A. Z.; GRABOWSKI, G. Educação Profissional: desafios para a construção de um projeto para os que vivem do trabalho. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 297-318, jan./jun. 2006.

MARX, K. O Capital: crítica da economia política. *In*: MARX, K. **O processo de produção do capital**. 10. ed. Tradução: Reginaldo Santana. São Paulo: Difel, 1985.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, Caxambu, MG. v. 12, n. 34, 152-165, jan./abr.2007.